



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

29/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO

Revista Fórum de Direito Tributário	Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária	Revista de Direito Privado



ALERTA SEBIB

NÚMERO
29/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
2 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Previdência Social

[Portaria n. 3.255, de 9 de outubro de 2024](#)

Estabelece, para o mês de outubro de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 86, 10/10/2024


ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

Presidência da República

[Lei n. 14.993, de 8 de outubro de 2024](#)

Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; altera as Leis nºs [9.478, de 6 de agosto de 1997](#),

 JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária de Goiás	ALERTA SEBIB	NÚMERO 29/2024
	SEÇÃO DE BIBLIOTECA	PÁGINA Nº 3 de 12
		RESPONSÁVEL Iris Helena

[9.847, de 26 de outubro de 1999](#), [8.723, de 28 de outubro de 1993](#), e [13.033, de 24 de setembro de 2014](#); e revoga dispositivo da [Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002](#).

DOU - Seção 1, p. 1-4, 09/10/2024

[Lei n. 14.994, de 9 de outubro de 2024](#)

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), o [Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941](#) (Lei das Contravenções Penais), a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), a [Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990](#) (Lei dos Crimes Hediondos), a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha) e o [Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) (Código de Processo Penal), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

DOU - Seção 1, p. 2-3, 10/10/2024

[Lei n. 15.006, de 17 de outubro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro), para criar a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e instituir o Dia Nacional do Motociclista.

DOU - Seção 1, p. 1, 18/10/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Recomendação n. 156, de 3 de outubro de 2024](#)

Altera a [Recomendação CNJ nº 145/2023](#) (p. 9-32), para incluir o Protocolo de Julgamento de Ações Ambientais, Segundo Escopo, como segundo anexo da recomendação.

eDJ-CNJ n. 243, de 09/10/2024, p. 15-16

[Recomendação n. 157, de 3 de outubro de 2024](#)

Recomenda a adoção do “Protocolo para a escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

eDJ-CNJ n. 243, de 09/10/2024, p. 16-17



ALERTA SEBIB

NÚMERO
29/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 585, de 4 de outubro de 2024](#)

Institui o Plano Nacional de ações da Política Judiciária Nacional pela Primeira Infância e altera a [Resolução CNJ nº 470/2022](#) (p. 13-17), que institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.
eDJ-CNJ n. 243, de 09/10/2024, p. 12

[Resolução n. 587, de 4 de outubro de 2024](#)

Institui e regulamenta o Módulo de Pessoal e Estrutura Judiciária Mensal do Poder Judiciário (MPM) e dá outras providências.
eDJ-CNJ n. 243, de 09/10/2024, p. 12-15

[Resolução n. 582, de 20 de setembro de 2024](#)

Institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA+ (Formulário Rogéria) no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências.
eDJ-CNJ n. 254, de 17/10/2024, p. 2-13

Conselho da Justiça Federal

[Portaria n. 699, de 8 de outubro de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024.
DOU - Seção 1, p. 202-203, 14/10/2024

[Portaria n. 653, de 3 de outubro de 2024](#)

Dispõe sobre a ampliação para empenho e movimentação financeira no âmbito da Justiça Federal.
DOU - Seção 1, p. 223, 15/10/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n. 85, de 10 de outubro de 2024](#)

Dispõe sobre a competência das varas federais especializadas em execução fiscal das Seções Judiciárias da 1ª Região para processar e julgar as execuções fiscais em todo o Estado, excluindo-a das respectivas Subseções Judiciárias.
BDTRF1, 10 de outubro de 2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
29/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Retificação

Resolução n. 85, de 10 de outubro de 2024, que dispõe sobre a competência das varas federais especializadas em execução fiscal das Seções Judiciárias da 1ª Região para processar e julgar as execuções fiscais em todo o Estado, excluindo-a das respectivas Subseções Judiciárias.

BDTRF1, 16 de outubro de 2024

Corregedoria Regional

Circular n. 17, de 11 de novembro de 2024

Ref.: Resolução PRESI 85, de 10 de outubro de 2024 - Dispõe sobre a competência das varas federais especializadas em execução fiscal da 1ª Região.

BDTRF1, 14 de outubro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
29/2024

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 129 – MAIO.-JUN./2024

DOUTRINA

ARTIGOS

Tributo e suas espécies do sistema tributário nacional à luz da reforma tributária (EC nº 132/2023)

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	9
1 Introdução	9
2 Conceitos de tributo	11
3 Espécies tributárias	12
3.1 Tributos fiscais, comuns e tradicionais	12
3.2 Impostos	12
3.3 Taxas	17
3.4 Contribuição de melhoria	18
3.5 Tributos suplementares: empréstimos compulsórios	21
3.6 Contribuições especiais ou parafiscais	22
3.7 Contribuições <i>sui generis</i>	24
4 Consideração finais	25
Referências	26

Ainda sobre a reforma tributária

Ives Gandra da Silva Martins	27
---	----

O princípio do não confisco e a incidência do imposto sobre a renda ganha e sobre a renda gasta com IBS e CBS

Sacha Calmon Navarro Coêlho	31
1 Introito	31
2 A linguagem do legislador e a realidade tributária	31
3 A pretensão de tributar as pessoas físicas, acionistas ou cotistas de pessoas jurídicas (imposto sobre a renda distribuída, portanto ganha)	32
4 O paradoxo da supertributação	33
5 O princípio do não confisco	34
6 O não confisco como limite ao poder de graduar a tributação	34
7 Conclusão	35

Ágio em reorganizações societárias: aspectos tributários e a utilização da “empresa-veículo”

Juão Vítor Santos Silva, Álvaro Augusto Lauff Machado	37
1 Introdução	37
2 O ágio no direito brasileiro	38
2.1 Evolução histórico-normativa	38
2.2 Conceito normativo	40
2.3 O Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e o impacto do ágio na apuração do IRPJ E CSL	42



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
29/2024

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

3	O substrato econômico do ágio	43
3.1	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) e ganho por compra vantajosa (deságio)	43
3.2	O laudo de mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)....	44
4	A amortização de ágio em reorganizações societárias	47
4.1	Interpretação dos aspectos societários.....	48
4.2	Empresa-veículo.....	50
4.3	A jurisprudência do CARF acerca do uso da empresa-veículo.....	52
4.4	Ágio interno.....	54
5	Considerações finais.....	56
	Referências.....	57

Constituição, tributo e magia: uma breve análise sobre o constitucionalismo tributário brasileiro, sob as luzes do realismo pragmático

Luís Carlos Martins Alves Jr.	61	
1	Introdução.....	62
2	O constitucionalismo tributário de 1824 a 1988.....	64
3	As condições econômicas e sociais antes e depois de 1988	82
4	A EC nº 132/2023: perspectivas e expectativas.....	86
	Referências	89

A eficiência na cobrança dos tributos e o aumento da arrecadação como uma das alternativas à política de austeridade fiscal e ao corte dos investimentos públicos

Samuel Ferreira Ribeiro Silva	91
Introdução	91
O neoliberalismo de austeridade e a política de redução do Estado	93
Evolução da cobrança de tributos na União e os impactos financeiros gerados	94
Conclusão	101
Referências	101

Offshore Activities Clauses in Brazilian Double Tax Treaties

Vitor Manuel Franciulli de Lima Castro	105	
1	Introduction	105
2	Background of the Offshore Activities clauses	106
2.1	The North Sea Continental Shelf Cases and UNCLOS	106
2.2	Tax sovereign rights over the continental shelf.....	109
3	Content and scope of the Offshore Activities clauses	110
3.1	Preliminary remarks: the relevance of preparatory works of DTTs and the Brazilian Law on the Access of Information.....	110
3.2	General aspects of the clauses	112
3.2.1	Paragraph 1: precedence of the article.....	112
3.2.2	Paragraph 2: meaning of Offshore Activities	113
3.2.3	Paragraph 3: permanent establishment assumption (Offshore PE)	114
3.2.4	Paragraph 4: time threshold and anti-avoidance clause	114
3.2.5	Paragraph 5: exclusive taxation by residence state	115
3.2.6	Paragraph 6: capital gains	115
3.2.7	Paragraphs 7 and 8: employment income	116
3.2.8	UAE clause: Natural Resources	117
4	Relation with Brazilian domestic legislation	117
4.1	Brazilian regulatory and income tax legislation on hydrocarbons	118
4.2	Should Brazil adopt an Offshore Activities clause in future DTTs?.....	119



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
29/2024

PÁGINA Nº
8 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

5	Conclusions.....	120
6	Annex: English version of Offshore Activities clauses	121
	Bibliography.....	125

Inteligência fiscal aplicada ao IPTU

	Wagner Barbosa Pedrotti	127
	Introdução	127
1	Inteligência fiscal aplicada ao cadastro do IPTU.....	128
2	Inteligência fiscal aplicada ao lançamento do IPTU	132
3	Inteligência fiscal aplicada à cobrança do IPTU	138
	Considerações finais.....	141
	Referências	142



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
29/2024

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA Nº422 – AGO./2024

Assunto Especial

PEJOTIZAÇÃO E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

DOCTRINA

1. Impactos das Decisões do Supremo Tribunal Federal na Competência da Justiça do Trabalho
Ricardo Calcini e Renata Zulma Alves do Vale Cardoso 9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Cabimento da Arbitragem para Dirimir Dissídios Trabalhistas
Sergio Pinto Martins..... 36
2. O STF, a Inteligência Artificial e a Justiça do Trabalho: entre a Manipulação Virtual e o Concreto Artificializado
Jorge Luiz Souto Maior 53
3. Competência para Julgar Ações entre Motorista de Aplicativo e Plataforma de Transporte
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 77
4. Direito do Trabalho e *Ius Resistantiae*: a Prática Grevista e o Problema da Obediência ao Direito
Pablo Biondi..... 80
5. A Previdência Social e Suas Duas Irmãs: um Ensaio Sobre a Independência Epistêmica do Direito Previdenciário
Alberto Luiz Hanemann Bastos..... 98



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

29/2024

PÁGINA Nº

10 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

REVISTA DE DIREITO PRIVADO Nº 10 – ABR.-JUN./2024

Do DIREITO DE FAMÍLIA

A importância da dilação probatória no processo de perda do poder familiar

The importance of probative delay in the process of loss of family power

FERNANDA MASSAD DE AGUIAR FABRETTI 15

Fatores de risco à violência doméstica e familiar como possíveis meios de prova nas ações de família

Risk factors for domestic and family violence as possible means of proof in family lawsuits

GISELE PORTO BARROS..... 29

Do PROCESSO CIVIL

A prova nos recursos excepcionais (RE, REsp e RR). Os enunciados STF 279, STJ 7 e TST 126 e a (falsa) problemática a respeito da valorização da prova pelos Tribunais Superiores

Evidence and the extraordinary appeals to the Brazilian Superior Courts. STF 279, STJ 7 and TST 126 and the (false) problematic regarding the prohibition of the Superior Courts to reevaluate evidence

NELSON NERY JUNIOR e MARIA CAROLINA NERY..... 53

Ata notarial como instrumento probatório no processo

Notary minutes as an evidence instrument in the process

MARCIO ALEXANDRE PEREIRA..... 71



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
29/2024

PÁGINA Nº
11 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Ônus da prova no processo civil brasileiro e sua inversão por hipossuficiência no processo coletivo <i>Burden of proof in Brazilian civil procedure and its reversal due to hypossufficiency in class action</i> LEONARDO TOZARINI MELLO.....	85
Princípio do contraditório e ampla defesa. Direito constitucional à prova <i>Principle of contradictory and broad defense. Constitutional right to proof</i> PRISCILA BLANCO BORGES.....	107
Negócios jurídicos processuais em matéria probatória <i>Procedural legal agreements in evidentiary matters</i> RICARDO AUGUSTO NEGRINI.....	123
DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
O banco de dados como ativo alienável na falência e na recuperação judicial <i>The database as an alienable asset in bankruptcy and judicial recovery</i> CRISTIANO GOMES DE BRITO	139
DA RESPONSABILIDADE CIVIL	
Análise crítica das provas de dano material, sua extensão e liquidação <i>Critical analysis of evidence of property damage, its extent and liquidation</i> PAULO ROGÉRIO HAÜPTLI e REGINA VERA VILLAS BÔAS.....	159
Responsabilidade civil do uso da inteligência artificial – meios de prova <i>Civil liability for the use of artificial intelligence – methods of obtaining evidence</i> ELAINE CRISTINE ZORDAN KELLER	179



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
29/2024

PÁGINA Nº
12 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Considerações sobre a prova do dano no processo coletivo <i>Considerations on proving damage in class actions</i> FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO.....	193
Responsabilidade civil e o ônus probante <i>Civil liability and the burden of proof</i> ANDREA CAMARGO	215
Responsabilidade das empresas fornecedoras de serviço de rede social digital por ações de usuários <i>Digital social network company responsibility for user actions</i> LEONARDO TOZARINI MELLO, MARCIO VINICIUS MACHADO RIBEIRO e OMAR ALI AYOUN.....	233
DEMAIS ÁREAS DO DIREITO	
O enfoque da prova no estudo do princípio constitucional da não cumulatividade e consequente aplicação ao aproveitamento de créditos dos insumos no ICMS <i>The focus of evidence in the study of the constitutional principle of non-cumulativeness and consequent application to the use of ICMS input credits</i> FREDERICO ALBERTO HENCKLAIN BLAAUW	257